193. APELAÇÃO 0464654-98.2015.8.19.0001 Assunto: Indenização Por Dano Moral - Outras / Indenização por Dano Moral / Responsabilidade do Fornecedor / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: CAPITAL 11 VARA CÍVEL Ação: 0464654-98.2015.8.19.0001 Protocolo: 3204/2017.00581421 - APELANTE: GEAP AUTOGESTAO EM SAUDE ADVOGADO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB/RJ-136118 APELADO: MARILDA DE VASCONCELLOS GUEDES PEREIRA ADVOGADO: EDUARDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA E SILVA OAB/RJ-172598 **Relator: DES. ARTHUR NARCISO DE OLIVEIRA NETO** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. SENTENÇA (INDEX 574) QUE JULGOU PROCEDENTES OS PEDIDOS, PARA (I) CONFIRMAR A TUTELA ANTERIORMENTE DEFERIDA; CONDENAR A RÉ (II) A FORNECER O SERVIÇO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM VINTE E QUATRO HORAS POR DIA; (III) A REEMBOLSAR OS VALORES COMPROVADAMENTE DESPENDIDOS NA CONTRATAÇÃO DE TÉCNICOS DE ENFERMAGEM PARTICULARES; E (IV) A PAGAR R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS) PELA COMPENSAÇÃO DOS DANOS MORAIS. APELO DA DEMANDADA A QUE SE DÁ PROVIMENTO, ANULANDO-SE A SENTENÇA, A FIM DE QUE SEJA REALIZADA NOVA PERÍCIA. Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c compensatória por danos morais, na qual a Autora, cliente do plano de saúde na modalidade autogestão, requereu o fornecimento de home care. Foi determinada, de ofício, a produção de prova pericial, visando verificar a real necessidade da Demandante, vez que a operadora do plano autorizou apenas seis horas por dia de enfermagem. Inicialmente, a perícia foi marcada para o dia 13/04/2017, às 11h30, no prédio do Fórum Central da Comarca da Capital, sendo as partes devidamente intimadas. Posteriormente, no dia 10/04/2017, o horário e o local do exame foram alterados, no entanto, o patrono da Demandada foi intimado apenas no dia 20/04/2017 (index 470), ou seja, sete dias após a sua realização, de modo que seu assistente técnico não acompanhou a perícia. Cabe destacar que a intimação do assistente técnico é direito subjetivo das partes, para que seja garantido o contraditório e a ampla defesa, sob pena de nulidade da prova. Na hipótese, não houve obediência ao prazo de antecedência mínima de 5 (cinco) dias, previsto no art. art. 466, § 2º, do NCPC. Nesse cenário, conclui-se que merece acolhimento a preliminar de cerceamento de defesa e nulidade da perícia, porquanto não houve intimação tempestiva acerca da alteração do local e horário do exame, a fim de possibilitar ao assistente técnico o acompanhamento da diligência. Conclusões: "POR UNANIMIDADE, DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO E. DES. RELATOR."

194. APELAÇÃO 0489017-57.2012.8.19.0001 Assunto: Interesse Processual / Extinção do Processo Sem Resolução de Mérito / Formação, Suspensão e Extinção do Processo / DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO Origem: CAPITAL 3 VARA CÍVEL Ação: 0489017-57.2012.8.19.0001 Protocolo: 3204/2017.00634618 - APELANTE: IBC - INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE ADVOGADO: JOSE AUGUSTO DE REZENDE OAB/RJ-028868 APELADO: MARTA ADENA AMORIM **Relator: DES. ARTHUR NARCISO DE OLIVEIRA NETO** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. SENTENÇA (INDEX 146) QUE EXTINGUIU O PROCESSO COM FULCRO NO ART. 485, INCISO III, E § 1º, DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. DESPROVIMENTO DO RECURSO DO AUTOR. No caso em exame, foi distribuída a ação monitória em dezembro de 2012. Em junho de 2016, ainda não havia sido realizada a citação da Ré, quando foi determinada a intimação do Reclamante para que sua patrona regularizasse seu cadastro eletrônico e, assim, recebesse as intimações. A advogada, contudo, não se manifestou, consoante indica o ato ordinatório constante do index 122, motivo pelo qual, em julho de 2016, foi determinada sua intimação pessoal para que promovesse o andamento do feito. No index 131, o Demandante peticionou informando que a patrona tinha providenciado o cadastramento presencial. Novamente, a Serventia certificou, no index 137, que não houve manifestação quanto à determinação do cadastramento eletrônico. Assim, no index 139, foi determinada a intimação do Requerente para dar andamento ao feito, em cinco dias, sob pena de extinção, mas não houve manifestação, como certificado pelo Cartório, no index 143, motivo pelo qual o processo foi extinto. Cabível, portanto, a extinção sem resolução do mérito por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, na forma do art. art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil/2015. Cabe ressaltar, ainda, que, na hipótese em análise, é aplicável o disposto no inciso IV, do artigo 485, e não o previsto no inciso III e no §1º, da Lei nº 13.105/2015, sendo desnecessária, portanto, a intimação pessoal do Suplicante. Conclusões: "POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO E. DES. RELATOR."

195. APELAÇÃO 0014855-33.2015.8.19.0202 Assunto: Indenização Por Dano Moral - Outros / Indenização por Dano Moral / Responsabilidade Civil / DIREITO CIVIL Origem: MADUREIRA REGIONAL 5 VARA CÍVEL Ação: 0014855-33.2015.8.19.0202 Protocolo: 3204/2017.00633178 - APELANTE: RITA DE CASSIA RODRIGUES CAVALCANTI ADVOGADO: ALEXANDRE MAGNO SILVA SANTOS OAB/RJ-138589 ADVOGADO: RODRIGO FARIAS DO CARMO OAB/RJ-138298 ADVOGADO: DAHER FERES SOBRINHO OAB/RJ-152045 APELADO: CNOVA COMERCIO ELETRONICO S.A ADVOGADO: RICARDO MARFORI SAMPAIO OAB/RJ-161295 **Relator: DES. ARTHUR NARCISO DE OLIVEIRA NETO** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. SENTENÇA (INDEX 90) QUE JULGOU PROCEDENTE, EM PARTE, O PEDIDO, A FIM DE CONDENAR A RÉ A PAGAR R\$ 36,52 PELA REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. APELO DA SUPPLICANTE A QUE SE NEGA PROVIMENTO. Considerando-se que o apelo é exclusivo da Autora e que o recurso visa, tão somente, à procedência do pedido de compensação por danos morais, limitar-se-á esta decisão à análise de tal questão. No caso em exame, a Consumidora comprou produto na Loja Ré, no valor de R\$199,00, e pagou R\$36,52 de frete, a fim de que fosse entregue na sua residência, mas teve que retirá-lo na agência dos Correios. É tênue a linha divisória entre o que se considera mero aborrecimento ou desconforto experimentado na normalidade do dia a dia e a efetiva ocorrência de dano moral. De qualquer forma, vê-se que o fato de o produto não ter sido entregue no domicílio da Demandante e precisar ser retirado nos Correios, por si só, não configurou situação que teria ultrapassado o mero aborrecimento cotidiano, motivo pelo qual não se vislumbra violação a direitos da personalidade a ensejar compensação por danos morais. Conclusões: "POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO E. DES. RELATOR."

196. APELAÇÃO 0008732-20.2016.8.19.0061 Assunto: Capitalização / Anatocismo / Juros de Mora - Legais / Contratuais / Inadimplemento / Obrigações / DIREITO CIVIL Origem: TERESOPOLIS 1 VARA CÍVEL Ação: 0008732-20.2016.8.19.0061 Protocolo: 3204/2017.00326146 - APELANTE: BRUNO RONALDO PRINCIPE BLANKENSTEIN ADVOGADO: BRUNO RONALDO PRINCIPE BLANKENSTEIN OAB/RJ-096212 APELADO: BANCO CFS S A ADVOGADO: CLAUDIA VERONICA DELIOS OAB/RJ-197568 **Relator: DES. ARTHUR NARCISO DE OLIVEIRA NETO** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. SENTENÇA (INDEX 211) QUE JULGOU IMPROCEDENTES OS PEDIDOS E CONDENOU O RECLAMANTE AO PAGAMENTO DAS DESPESAS PROCESSUAIS E DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, ESTES FIXADOS EM 20% DO VALOR ATRIBUÍDO À CAUSA, SUSPENSOS EM RAZÃO DO DEFERIMENTO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA. APELO DO DEMANDANTE A QUE SE NEGA PROVIMENTO. A controvérsia se resume em verificar se o apelo negativo do nome do Autor foi regular. Note-se que, apesar de o Suplicante ter arguido teses genéricas acerca da taxa de juros cobrada, descabida a respectiva apreciação, na medida em que não houve pedido formulado neste sentido. Entender de modo contrário equivaleria a proferir decisão de natureza diversa da pedida ou em objeto diverso do que lhe foi demandado, o que é vedado pelo art. 492, do NCPC. Vale destacar, ainda, que, como não foi localizada a emenda à inicial referida no index 48, que poderia ter acrescentado o pleito revisional, foi determinada a regularização da indexação. A Primeira Vice-Presidência informou, no index 307, ser impossível atender ao solicitado vez que o processo é eletrônico desde a origem. Buscando esclarecer a questão, foi determinado, no index 308, que o Consumidor apresentasse a cópia da emenda. Não obstante, peticionou, no index 310, informando que não houve emenda e que a Serventia desentranhou a aludida petição por pertencer a processo diverso. Nesse